

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - INVESTIMENTOS PRR

Unidade Orgânica - Owner	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos			Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável	
					PO	GC	GR			
Delegação Regional - Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional	Aprovação de candidatura à Medida Compromisso Emprego Sustentável	Controlos Gerais							AQJA	
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.								
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.								
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral								
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.							DRH	
		Controlos Específicos							DR/DR-SC	
		Conflitos de interesses - Análise e aprovação de candidatura de entidade empregadora que não reúne os requisitos legais, avaliando, intencionalmente, de modo mais favorável algumas candidaturas (por sua iniciativa ou sob pressão)	1	3	2	Verificação e Declaração de não existência de conflitos de interesses por todos os envolvidos (Técnico de análise de candidaturas, Coordenadora da área, Diretor de Serviços de Emprego e Formação Profissional, Delegado Regional), bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.				DR/DR-SC
						Aplicação de grelhas de análise dos processos com critérios de ponderação.				DR-SC
						Elaboração de parecer técnico com proposta de decisão, a validar superiormente, garantindo a segregação de funções.				DR/DR-SC
						Garantir a publicação dos avisos de abertura de concurso, em cada fase de candidatura, na sua página da internet.				DEM
						Garantir que todas as candidaturas são registadas e avaliadas de acordo com os critérios aplicáveis.				DR-SC
						Garantir que as decisões sobre a análise das candidaturas são comunicadas às entidades empregadoras, garantindo a audiência prévia aos interessados.				DR/DR-SC
						Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.			DR/DR-SC	
		Falsas declarações das entidades empregadoras (BF) - As entidades empregadoras e/ou os candidatos prestam falsas declarações na candidatura, conduzindo o Técnico de análise a crer que cumprem os critérios de elegibilidade genéricos e específicos para o deferimento da candidatura	1	2	1	Assegurar que as candidaturas são analisadas através da verificação independente de todos os documentos de apoio, designadamente através da consulta do webservice com a Segurança Social, dos dados constantes em SIGAE, ou outras que se venham a demonstrar oportunas, face ao documento em apreço.			DR-SC	
						Garantir que o Técnico recorre ao sistema de informação para recolha de dados relativos ao beneficiário e/ou candidato para tomar uma decisão informada quanto à veracidade das declarações e informações apresentadas.			DR-SC	
Garantir que o Técnico recorre ao conhecimento de anteriores candidaturas fraudulentas e de outras práticas fraudulentas, através da consulta em SGC dos incumprimentos e processos em fase de reembolsos.						DR-SC				
Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.						DR-SC				
Duplo financiamento	2	2	2	Incluir na análise da candidatura o cruzamento da informação com a informação constante do SIGAE/SGC e com o webservice com a Segurança Social.			DR-SC			
				Garantir que é efetuado o cruzamento da informação prestada pela entidade empregadora com as bases de dados de dados das entidades nacionais que administram outros fundos e ainda com as de outros estados membros pertinentes			DR-SC			
				Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.			DR-SC			

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos			Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável
					PO	GC	GR		
Departamento de Planeamento, Controlo e Gestão (DPG)	Gestão de Aquisições - Desenvolvimento de processos de aquisição	Controlos Gerais							
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.							AQJA
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.							
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral							
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação							
		Garantir a existência de um plano de auditoria interna que examina periodicamente o funcionamento dos controlos internos sobre a análise e aprovação de candidaturas							
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.							DRH
		Controlos Específicos							
		Conflitos de interesses ocultos e comissões ilegais - Um trabalhador do IEFP, I.P. beneficia uma entidade/proponente porque: ocorreu um conflito de interesse que não foi declarado ou - foram pagos subornos ou comissões ilegais		1	2	1	Garantir a composição heterogénea das equipas de avaliação, provenientes das áreas requisitantes e da área que desenvolve o processo de aquisição, salvaguardando as situações de impedimento		DPG
							Garantir a declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.		DPG e equipas de avaliação
							Promover a rotatividade das equipas de avaliação, nomeadamente de áreas distintas, garantindo as situações de impedimento.		DPG
							Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.		DPG
							Assegurar a utilização de Plataforma electrónica de contratação pública para todos os procedimentos de forma a promover a concorrência, transparência, igualdade de tratamento		DPG
		Evitar o procedimento de concurso obrigatório - Um trabalhador do IEFP, I.P. evita o processo de concurso obrigatório de modo a favorecer um candidato em particular para que este possa ganhar a adjudicação ou continuar como contratante, através de: - Fracionamento das aquisições ou - adjudicação injustificada a um fornecedor único ou - não organização de um processo de concurso ou - prolongamento irregular do contrato.		1	2	1	Garantir que o trabalhador da área das aquisições tem mecanismos ao seu dispor que lhe permitam identificar eventuais situações de fracionamento		DPG
							Gerir e manter uma Base de dados atualizada de fornecedores, por áreas de serviços/ fornecimento de bens, que permita a devida rotatividade na consulta ao mercado.		DPG
							Promover a existência de um sistema de avaliação e certificação de fornecedores, com aplicação ao nível nacional		DPG
							A área de aquisições deve realizar uma revisão periódica de uma amostra dos contratos, a fim de assegurar que os procedimentos de adjudicação de contratos foram respeitados.		DPG
Divulgar as políticas internas em vigor para evitar conflitos de interesses, declarações e registos de conflitos e analisar o seu funcionamento numa amostra de contratos							DPG		
					Garantir que as alterações ao contrato, além de um determinado limiar significativo previamente definido, têm autorização prévia do dirigente da área de compras		DPG		
Manipulação do processo de concurso - Um trabalhador do IEFP, I.P. pode favorecer um candidato num concurso procedendo: - à definição e aplicação de prazos muito reduzidos para apresentação de propostas, direcionando o nº de propostas ao procedimento e próprios concorrentes; - à elaboração de um caderno de encargos à medida do candidato ou - à divulgação dos dados das propostas ou - à manipulação das propostas.		1	2	1	Garantir a composição heterogénea das equipas de avaliação, provenientes das áreas requisitantes e da área que desenvolve o processo de aquisição, salvaguardando as situações de impedimento		DPG		
					Garantir que o concurso inclui um processo transparente de abertura de propostas e dispositivos de segurança aplicáveis às propostas fechadas, e que é revisto o funcionamento desses controlos numa amostra de fornecedores		DPG		
					Garantir que a área das aquisições realiza uma análise periódica de uma amostra das propostas concorrentes vencedoras para procurar indícios de conhecimento prévio das condições do concurso.		DPG		
					Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.		DPG		
Propostas concertadas - Os proponentes podem manipular o processo de concurso organizado pelo IEFP, I.P. para ganhar um contrato, graças à colusão com outros proponentes ou apresentando falsas propostas: - propostas concertadas incluindo propostas de companhias interligadas ou - prestadores fictícios		2	2	2	Introduzir controlos na área de aquisições para detetar contraentes com relações "não normais" (por exemplo, rotação dos contratos) e efetuar verificações periodicamente, numa amostra.		DPG		
					Assegurar formação aos Técnicos da área das aquisições para evitar e detetar práticas fraudulentas no âmbito dos contratos públicos.		DPG		
					Implementar a obrigatoriedade de solicitar pelo menos 3 preços de referência para bens ou serviços. A área de compras efetuará, periodicamente, o controlo numa amostra de processos.		DPG		
					Verificar se as empresas que participam num concurso (nomeadamente os de três propostas) estão interligadas (gestão, proprietários, etc.), utilizando fontes abertas ou ARACHNE		DPG		
Preços inadequados - Um proponente manipula o processo de concurso ao não especificar certas custos		1	2	1	Garantir que é efetuada fundamentação adequada para a definição do preço base, face à aquisição dos bens e serviços em causa.		DPG		

		processo de concurso ao não especificar certos custos na sua proposta	1	1	1	Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.	DPG
		Alteração do contrato em vigor - Um trabalhador e um contratante unem-se para alterar um contrato existente com condições mais favoráveis para um terceiro, de tal forma que a adjudicação inicial deixa de ser válida.	1	1	1	Obrigatoriedade de autorização superior para proceder à alteração de um contrato, com independência do processo de seleção.	DPG
	Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.					DPG	
	Garantir que as alterações ao contrato que alteram os limiares significativos previamente definidos, de valor e duração, são precedidas por autorização prévia do Conselho Diretivo					DPG	
	Garantir que a área das aquisições, através de um técnico sem intervenção no processo, procede à análise do cumprimento dos normativos estabelecidos nas alterações dos contratos de aquisição de produtos/serviços específicos adquiridos, à luz das especificações contratuais, periodicamente e numa amostra definida					DPG	
	Manipulação dos pedidos de pagamento - Um trabalhador do IIEFP, I.P. manipula os pedidos de pagamento ou faturas para inflacionar ou duplicar os custos incorridos. - Duplicação do pedido de pagamento de um único contratante ou - Faturas falsas, inflacionadas ou duplicadas.	1	3	2	Garantir que o Técnico que efetua o pagamento verifica, por amostragem, se o bem ou serviço foi efetivamente entregue/prestado (por exemplo quando se trata de lotes, verifica se todo o lote foi entregue/realizado)	Técnico responsável pela receção do bem	
					Garantir que, para uma amostra de processos, o IIEFP, I.P. efetua revisões periódicas das realizações do projeto face aos custos, para despistar quaisquer elementos de prova de que o trabalho não foi completado ou de que não se justificam os custos incorridos.	DPG	
					O gestor do contrato analisa os relatórios de atividade e as realizações do mesmo para obter prova dos custos (por exemplo, nomes dos trabalhadores envolvidos) e solicita documentos adicionais em apoio (por exemplo, sistemas de registo do tempo de trabalho).	Gestor do Contrato	
					Implementar uma metodologia de verificação periódica do cumprimento da validação da prestação do serviço, numa amostra de empresas contraentes	DPG	
					Realizar periodicamente uma revisão das faturas apresentadas para evitar a sua duplicação (ou seja, várias faturas com o mesmo montante ou o mesmo número, etc.) ou falsificação, por amostragem.	DPG	
					Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.	DPG	

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável	
			PO	GC	GR			
Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo (DPG) ou Delegação Regional - Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Controlo(CES)	Gestão financeira - Ciclo da despesa	Controlos Específicos						
		Conflito de interesses - Quem propõe o pagamento pode ter conflitos de interesse que influenciam indevidamente a aprovação dos pagamentos a certos contratantes (inclui não cabimento da despesa, incorreto enquadramento orçamental que possa não direcionar com clareza para a natureza da despesa autorizada.	1	2	1	Garantir a segregação de funções, de modo a que o ciclo da despesa (cabimento, compromisso, processamento e pagamento) dependa de diferentes intervenientes e fases de aprovação distintas, que exigem os elementos de prova para a validação de despesas e autorizações independentes (quem emite a autorização de pagamento) necessários ao processamento da despesa e consequente autorização de pagamento.	DPG ou DR-SC	
					Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	DPG ou DR-SC		
		Processo de verificação de gestão incompleto/inadequado - As verificações de gestão podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos (que pode incluir não haver legitimidade da emissão da fatura, ausência de receção quantitativa e qualitativa, correta aplicação da legislação fiscal ou não cumprimento dos PMP).	1	2	1	Definir procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantam a uniformidade de tratamento e se baseiem nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DPG	
						Garantir que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificados e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	DPG ou DR-SC	
Garantir que existe uma pista de auditoria suficiente para permitir a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	DPG ou DR-SC							
				Assegurar que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	AQJA/DPG/DR-SC			

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável	
			PO	GC	GR			
Equipa de Projeto de Gestão de Obras Estratégicas do PRR	Gestão de Obras e Empreitadas	Controlos Gerais						
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.					AQJA	
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.						
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral						
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação						
		Garantir a existência de um plano de auditoria interna que examina periodicamente o funcionamento dos controlos internos sobre a aquisição de empreitadas ou serviços conexos						
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.					DRH	
		Controlos Específicos						
		Conflitos de interesses ocultos e comissões ilegais - Um trabalhador do IEFP, I.P. beneficia uma entidade/proponente porque: - ocorreu um conflito de interesse que não foi declarado ou - foram pagos subornos ou comissões ilegais		1	2	1	Garantir a composição heterogénea das equipas de avaliação, provenientes das áreas requisitantes e da área que desenvolve o processo de aquisição, salvaguardando as situações de impedimento	EQ - GOE -PRR
							Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	EQ - GOE -PRR e Equipas de avaliação
							Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.	EQ - GOE -PRR
							Assegurar a utilização de Plataforma electrónica de contratação pública para todos os procedimentos de forma a promover a concorrência, transparência, igualdade de tratamento	EQ - GOE -PRR
		Evitar o procedimento de concurso obrigatório - Um trabalhador do IEFP, I.P. evita o processo de concurso obrigatório de modo a favorecer um candidato em particular para que este possa ganhar a adjudicação ou continuar como contratante, através de: - Fracionamento das aquisições ou - adjudicação injustificada a um fornecedor único ou - não organização de um processo de concurso ou - prolongamento irregular do contrato.		1	3	2	Garantir que o técnico revê a lista dos contratos propostos antes da execução dos programas para os contratos pouco abaixo dos limiares	EQ - GOE -PRR
							Garantir a existência de um plano de auditoria interna que examina periodicamente o funcionamento dos controlos internos sobre contratos públicos.	EQ - GOE -PRR
							Assegurar que existe uma Base de dados atualizada de fornecedores, por áreas de serviços/ fornecimento de bens, que permita a devida rotatividade na consulta ao mercado.	IS-SI/ EQ - GOE -PRR
							Garantir a existência de sistema de avaliação e certificação de fornecedores, com aplicação ao nível nacional	IS-SI/ EQ - GOE -PRR
							Divulgar a existência de políticas para evitar conflitos de interesses, declarações e registos de conflitos e analisa o seu funcionamento numa amostra de contratos	EQ - GOE -PRR
							Garantir que as alterações ao contrato além de um determinado limiar significativo previamente definido carecem de autorização prévia do dirigente da Equipa de Projeto	EQ - GOE -PRR
Manipulação do processo de concurso - Um trabalhador do IEFP, I.P. pode favorecer um candidato num concurso procedendo: - à definição e aplicação de prazos muito reduzidos para apresentação de propostas, direcionando o nº de propostas ao procedimento e próprios concorrentes; - à elaboração de um caderno de encargos à medida do candidato ou - à divulgação dos dados das propostas ou - à manipulação das propostas.		1	3	2	Assegurar que é realizada uma análise periódica de uma amostra dos contratos, a fim de assegurar que as especificações técnicas não sejam demasiado restritivas em relação aos serviços requeridos para o programa.	EQ - GOE -PRR		
					Assegurar a existência de um mecanismo para revisão de uma amostra das propostas concorrentes vencedoras para procurar indícios de conhecimentos prévios das condições do concurso, numa amostra de beneficiários.	EQ - GOE -PRR		
					Garantir que o processo de concurso inclui um processo transparente de abertura de propostas e dispositivos de segurança aplicáveis às propostas fechadas. O IEFP, I.P. revê o funcionamento desses controlos numa amostra de fornecedores.	EQ - GOE -PRR		
					Assegurar que é realizada uma análise periódica de uma amostra das propostas concorrentes vencedoras para procurar indícios de conhecimentos prévios das condições do concurso.	EQ - GOE -PRR		
					Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.	EQ - GOE -PRR		
Propostas concertadas - Os proponentes podem manipular o processo de concurso organizado pelo IEFP, I.P. para ganhar um contrato, graças à colusão com outros proponentes ou apresentando falsas propostas: - propostas concertadas incluindo propostas de empresas interligadas ou - prestadores fictícios		1	3	2	Introduzir controlos para detetar contraentes com relações não usuais (por exemplo, rotação dos contratos), e efetuar verificações periodicamente, numa amostra.	EQ - GOE -PRR		
					Implementar a obrigatoriedade de solicitar pelo menos 3 preços de referência para bens ou serviços, devendo a área efetuar, periodicamente, o controlo numa amostra de processos.	EQ - GOE -PRR		
					Verificar se as empresas que participam num concurso (nomeadamente os de três propostas) estão interligadas (gestão, proprietários, etc.), utilizando fontes abertas ou ARACHNE	EQ - GOE -PRR		

Preços inadequados - Um proponente manipula o processo de concurso ao não especificar certos custos na sua proposta	2	3	3	Realizar controlos para corroborar os preços praticados por terceiros junto de outras fontes independentes	EQ - GOE -PRR
				Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.	EQ - GOE -PRR
Alteração do contrato em vigor - Um trabalhador e um contratante unem-se para alterar um contrato existente com condições mais favoráveis para um terceiro, de tal forma que a adjudicação inicial deixa de ser válida.	1	3	2	Garantir a existência de autorização superior para proceder à alteração de um contrato, com independência do processo de seleção.	EQ - GOE -PRR
				Assegurar a elaboração de parecer técnico com proposta de decisão relativamente a modificações objetivas do contrato, a validar pelo dirigente da área, garantindo a segregação de funções.	EQ - GOE -PRR
				Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	EQ - GOE -PRR
				Assegurar que se procede à análise periódica do cumprimento dos normativos estabelecidos nas alterações dos contratos de aquisição de produtos/serviços específicos adquiridos, à luz das especificações contratuais, numa amostra definida	EQ - GOE -PRR
Manipulação dos pedidos de pagamento - Um trabalhador do IEFP, I.P. manipula os pedidos de pagamento ou faturas para inflacionar ou duplicar os custos incorridos. - Duplicação do pedido de pagamento de um único contratante ou - Faturas falsas, inflacionadas ou duplicadas.	1	3	2	O responsável por validar o pagamento deve verificar, por amostragem, se o bem ou serviço foi efetivamente entregue/prestado (por exemplo quando se trata de lotes, verifica se todo o lote foi entregue/realizado)	EQ - GOE -PRR / Outras UO envolvidas
				Garantir a comparação do preço final da obra/empreitada com o orçamento e os preços geralmente aceites para contratos similares. O IEFP, I.P. deve examinar o funcionamento desses controlos numa amostra de beneficiários.	EQ - GOE -PRR
				Assegurar que são efetuadas revisões periódicas das realizações do projeto face aos custos, para despistar quaisquer elementos de prova de que o trabalho não foi completado ou de que não se justificam os custos incorridos, para uma amostra de projetos	EQ - GOE -PRR /Gestor de Contrato
				Garantir que o Gestor de Contrato procede à análise dos relatórios de atividade e as realizações do contrato para obter prova dos custos (por exemplo, nomes do pessoal) e solicita documentos adicionais em apoio (por exemplo, sistemas de registo do tempo de trabalho).	EQ - GOE -PRR
				Implementar uma metodologia de verificação periódica do cumprimento da validação do serviço, numa amostra de empresas contraentes	DPG / EQ - GOE -PRR
				Realizar uma revisão periódica das faturas apresentadas para evitar a sua duplicação (ou seja, várias faturas com o mesmo montante ou o mesmo número, etc.) ou falsificação, por amostragem.	EQ - GOE -PRR
				Implementar a consulta ex-ante à ferramenta ARACHNE.	EQ - GOE -PRR

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável					
			PO	GC	GR							
Centro/Serviço de Emprego	Análise de pagamentos	Controlos Gerais										
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.					AQJA					
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.										
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral										
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação										
		Garantir a existência de um plano de auditoria interna que examina periodicamente o funcionamento dos controlos internos sobre a análise e aprovação de candidaturas										
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.					DRH					
		Controlos Específicos										
		Conflito de interesses - Quem propõe o pagamento pode ter conflitos de interesse que influenciam indevidamente a aprovação dos pagamentos a certos contratantes (inclui não cabimento da despesa, incorreto enquadramento orçamental que possa não direcionar com clareza para a natureza da despesa autorizada.			1	2	1	Garantir a segregação de funções, de modo a que o pagamento dependa de várias fases de aprovação separadas, que exigem os elementos de prova para a validação de despesas e autorizações independentes (quem receciona, quem valida a entrega e conformidade) necessários para que a autorização de pagamento	CTE/SE			
								Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos (Técnico de análise de candidaturas, Coordenadora da área, Diretor de Serviços de Emprego e Formação Profissional, Delegado Regional), bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	CTE/SE			
		Processo de verificação de gestão incompleto/inadequado - As verificações de gestão podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir não haver legitimidade da emissão da fatura, ausência de receção quantitativa e qualitativa, correta aplicação da legislação fiscal ou não cumprimento dos PMP.			1	2	1	Definir procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantam a uniformidade de tratamento e se baseiem nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DEM			
											Garantir que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificados e frequentaram formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	CTE/SE
											Assegurar a existência de uma pista de auditoria suficiente para permitir a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	CTE/SE
											Assegurar que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	DR / CTE/SE
		Falsas declarações - As verificações de gestão podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, por exemplo manutenção do nível de emprego, verificação de que o candidato se mantem na entidade empregadora, incorreta aplicação da legislação fiscal, designadamente dívidas à segurança social ou à AT.			2	2	2	Garantir a disponibilização de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantam a uniformidade de tratamento e se baseiem nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DEM/DR/CTE/SE			
									Assegurar que as pessoas que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificadas e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	CTE/SE		
									Garantir a existência de pista de auditoria suficiente para permitir a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	CTE/SE		
									Assegurar que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	DR / CTE/SE		
						Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos (Técnico que efetua a análise do pagamento, Coordenador da área, Diretor de Serviços de Emprego e Formação Profissional, Delegado Regional), bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	DR/DR-DS/CTE/SE					

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável	
			PO	GC	GR			
Centro/Serviço de Emprego	Acompanhamento à entidade empregadora	Controlos Gerais					AQJA	
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.						
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.						
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral						
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação						
		Garantir a existência de um plano de auditoria interna que examina periodicamente o funcionamento dos controlos internos sobre a análise e aprovação de candidaturas						
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.					DRH	
		Controlos Específicos						
		Conflitos de interesse - O técnico que efetua o acompanhamento pode ter conflito de interesses com a entidade e não confirmar devidamente os necessários elementos em sede de vista ou pode não efetuar a vista.		2	1	1	Assegurar que o acompanhamento é efetuado tendo como guião um formulário, devidamente estabilizado, garantindo que qualquer técnico verifica os mesmos requisitos	DEM/DR/CTE/SE
							Garantir a segregação de funções entre o técnico que gere o processo, o que efetua o acompanhamento e o dirigente que efetua o despacho.	CTE/SE
							Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	CTE/SE
		Processo de verificação de gestão incompleto/inadequado - As verificações efetuadas no acompanhamento podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, por exemplo manutenção do nível de emprego, verificação de que o candidato se mantém na entidade empregadora, incorreta aplicação da legislação fiscal, designadamente dívidas à segurança		1	1	1	Garantir que existem procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DEM/DR/CTE/SE
							Garantir que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificados e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	CTE/SE
							Garantir a existência uma pista de auditoria suficiente para permitir a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	CTE/SE
							Garantir que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	DR/CTE/SE
		Falsas declarações - As verificações efetuadas no acompanhamento podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, por exemplo manutenção do nível de emprego, verificação de que o candidato se mantém na entidade empregadora, incorreta aplicação da legislação fiscal, designadamente dívidas à segurança social ou à AT.		2	1	1	Garantir a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DEM/DR/CTE/SE
					Garantir que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificados e efetuam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	CTE/SE		
					Garantir que existe uma pista de auditoria suficiente para permitir a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	CTE/SE		
					Garantir que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	DR/CTE/SE		
					Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	DR/CTE/SE		
					Garantir que a área de auditoria efetua periodicamente uma verificação dos acompanhamentos realizados com o objetivo de verificar se foram efetuados: nas instalações da entidade empregadora, se foram elaborados relatórios, se existem irregularidades sérias e se foi dada sequência às recomendações que foram registadas.	AQJA		

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável	
			PO	GC	GR			
Centro/Serviço de Emprego	Ajustamento do candidato a integrar o posto de trabalho	Controlos Gerais					AQJA	
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.						
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.						
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral						
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação						
		Garantir que existe de um plano de auditoria interna que examina periodicamente o funcionamento dos controlos internos relativos aos pagamentos efetuados e o seu cruzamento com os processos apoiados						
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.					DRH	
		Controlos Específicos						
		Conflitos de interesse - O técnico que efetua o ajustamento do candidato pode ter conflito de interesses com a entidade e/ou candidato e não confirmar devidamente os necessários elementos, designadamente os referentes a majorações		2	1	1	Garantir a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseia nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DEM/DR/CTE/SE
							Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	CTE/SE
		Processo de verificação de gestão incompleto/inadequado - As verificações efetuadas podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, ou não verificação adequada dos requisitos ligados a majoração de apoio.		1	1	1	Garantir a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseia nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DEM/DR/CTE/SE
							Garantir que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificados e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	CTE/SE
							Garantir que existe uma pista de auditoria suficiente para permitir a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	CTE/SE
							Garantir que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	DR/CTE/SE
		Falsas declarações - As verificações efetuadas podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, designadamente de falsas declarações, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, por exemplo manutenção do nível de emprego, verificação de que o candidato se mantém na entidade empregadora, incorreta aplicação da legislação fiscal, designadamente dívidas à segurança social ou à AT.		2	1	1	Garantir que existem procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseia nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DEM/DR/CTE/SE
					Garantir que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificados e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	CTE/SE		
					Garantir a existência de uma pista de auditoria suficiente para permitir a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	CTE/SE		
					Assegurar que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	DR/CTE/SE		
					Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	CTE/SE		

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável	
			PO	GC	GR			
Departamento de Formação Profissional (DFP)	Acompanhamento da execução do Plano - Modernização da FP	Controlos Gerais						
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.					AQJA	
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.						
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral						
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação						
		Garantir que existe de um plano de auditoria interna que examina periodicamente o funcionamento dos controlos internos relativos aos equipamentos adquiridos e ao acompanhamento efetuado aos beneficiários finais - CGP						
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.					DRH	
		Controlos Específicos						
		Conflito de interesses - Quem efetua o acompanhamento da execução do plano de investimento, especialmente na vertente dos Centros de Formação Profissional de Gestão Protocolar, pode ter conflito de interesses com a entidade e não confirmar devidamente os necessários elementos, designadamente o indicador metas		2	2	2	Assegurar a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DFP
							Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	DFP
		Falsas declarações - As verificações efetuadas podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, designadamente de falsas declarações, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, por exemplo de faturas de compras.		1	2	1	Assegurar a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseia nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	DFP
							Assegurar que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão são devidamente qualificados e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	DFP
							Garantir a existência de uma pista de auditoria suficiente que permita a verificação dos montantes totais pagos e os registos de despesas efetuados.	DFP
							Assegurar que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	DFP
Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses por todos os envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	DFP							

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização	UO Responsável		
			PO	GC	GR				
Assessoria da Qualidade, Jurídica e de Auditoria (AQJA)	Gestão de Denúncias	Controles Gerais					AQJA		
		Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.							
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.							
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral							
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação							
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.					DRH		
		Controles Específicos					AQJA / UO que prestam os devidos esclarecimentos		
		Conflito de interesses - Quem gere o sistema de denúncias pode ter conflito de interesses com a UO interna ou com a entidade externa denunciada		2	2	2		Asegurar que existem procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	
							Verificação e Declaração de não existência de conflito de interesses pelos técnicos e respetivos dirigentes, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	AQJA	
		Processo de verificação de gestão incompleto/inadequado - As verificações efetuadas podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, ou não verificação adequada dos requisitos .		1	2	1	Asegurar a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	AQJA	
							Asegurar que os trabalhadores que efetuam as verificações de gestão (triagem de denúncias) são devidamente qualificados e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	AQJA	
							Garantir que existe um plano de auditoria interna que inclui a avaliação periódica do funcionamento do canal de denúncias	AQJA	
		Falsas declarações - A análise efetuada pode não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido a falsas declarações dos intervenientes instados a pronunciar-se, por falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, ou de não encaminhamento para as áreas internas devidas.		2	3	3	Asegurar a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	AQJA	
								Garantir a segregação de funções, de modo a que a análise feita pelo técnico seja validada pelo responsável da área e aprovada pelo Conselho Diretivo	AQJA
								Garantir que existe um plano de auditoria interna que inclui a avaliação periódica do funcionamento do canal de denúncias	AQJA
								Asegurar que se forem detetados erros sistémicos pela auditoria, são implementadas as necessárias ações preventivas e corretivas.	CD/AQJA

Unidade Orgânica	Processo/ Procedimento	Identificação dos Riscos	Riscos			Medidas adotadas/a adotar pela organização		
			PO	GC	GR			
			Controlos Gerais					
Assessoria da Qualidade, Jurídica e de Auditoria (AQJA)	Auditoria interna	Divulgação ampla do Código de Ética e Conduta, garantindo que o mesmo é do conhecimento geral de todos os trabalhadores e de que estes estão cientes das consequências da participação em atividades que possam colocar a sua integridade em causa, bem como das decorrentes de pequenos delitos específicos.					AQJA	
		Divulgar o compromisso do IEFP, I.P. com a cultura antifraude preconizada na Declaração da Política Antifraude.						
		Divulgar a existência de um canal de denúncias interno e externo, garantindo que são de conhecimento geral						
		Divulgar a existência de um mecanismo de denúncia dos suspeitos de comportamento fraudulento e as sanções por prevaricação						
		Garantir formação anual para todos os trabalhadores que integra formação sobre ética e integridade.						DRH
		Controlos Específicos						
		Conflito de interesses - Os auditores podem ter conflito de interesses com os responsáveis pelo desenvolvimento/aprovação de processos alvo de auditoria ou com representantes das entidades externas auditadas	2	2	2	Assegurar a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	AQJA	
						Verificação e Declaração de não existência de conflitos de interesses pela equipa auditora e respetivos dirigentes envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	AQJA	
						Assegurar que os responsáveis de auditoria efetuam verificações aleatórias dos meios de prova solicitados e a sua análise, garantindo ainda que as auditorias são efetuadas por equipas de, pelo menos, 2 Técnicos e o desenvolvimento do processo é acompanhado pela coordenadora da área e pela Diretora (segregação de funções)	AQJA	
		Processo de verificação de gestão incompleto/inadequado - As verificações efetuadas podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir a não solicitação dos meios de prova ou a falta de análise rigorosa das provas apresentadas.	1	2	1	Assegurar a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	AQJA	
				Assegurar que os trabalhadores que efetuam as auditorias ou averiguações técnicas são devidamente qualificados e frequentam formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	AQJA			
				Assegurar que os responsáveis de auditoria efetuam verificações aleatórias dos meios de prova solicitados e a sua análise, garantindo ainda que as auditorias são efetuadas por equipas de, pelo menos, 2 Técnicos e o desenvolvimento do processo é acompanhado pela coordenadora da área e pela Diretora (segregação de funções)	AQJA			
				Garantir a existência de um sistema de monitorização da implementação pelas unidades orgânicas das ações preventivas e corretivas necessárias à correção de erros sistémicos detetados pela auditoria	AQJA			
				Garantir a utilização da ferramenta ARACHNE para seleção das entidades a auditar, tendo em conta o grau de risco.	AQJA			
Falsas declarações - As verificações efetuadas podem não dar garantias suficientes da ausência de fraude, designadamente de falsas declarações, devido à falta das necessárias competências ou dos recursos que pode incluir ausência de receção de comprovativos exigidos, ou de não solicitação de comprovativos adequados	2	3	3	Assegurar a existência de procedimentos escritos, de aplicação obrigatória, que garantem a uniformidade de tratamento e se baseiam nas melhores práticas, incluindo numa análise do risco de fraude.	AQJA			
				Assegurar que os trabalhadores que exercem a função de auditoria são devidamente qualificados e frequentam regularmente formações de atualização em matéria de sensibilização para a fraude.	AQJA			
				Garantir a existência de um sistema de monitorização da implementação pelas unidades orgânicas das ações preventivas e corretivas necessárias à correção de erros sistémicos detetados pela auditoria	AQJA			
				Verificação e Declaração de não existência de conflitos de interesses pela equipa auditora e respetivos dirigentes envolvidos, bem como medidas para garantir a sua efetiva aplicação.	AQJA			